

O manifesto da fé

Grande parte da humanidade acolhe, com forte simpatia, a figura e as palavras do papa Francisco. No entanto, na sociedade internacional e na própria Igreja, cada vez ressoam vozes de discordância e contestação ao bispo de Roma. Essa oposição não se deve apenas a questões de doutrina, rubricas litúrgicas ou regras disciplinares sobre quem pode ou não pode comungar. O que verdadeiramente opõe essas pessoas ao papa é que Francisco sempre vem acentuando *a dimensão sociopolítica libertadora da fé cristã*. Em suas palavras e gestos, revela que essa não é apenas uma forma de viver a fé ao lado de outras. É o próprio coração do cristianismo que exige de nós uma conversão social, política e ecológica.

De fato, pode-se descobrir em toda a Bíblia uma espécie de fio condutor que liga toda a história do povo bíblico. Do Gênesis ao Apocalipse, os textos bíblicos nos mostram a presença de Deus conosco. Essa presença invisível e amorosa é para realizar no mundo um projeto de sociedade e de comunhão. Nos livros da Lei, o programa social e político que Deus tem para o mundo se chama *Aliança*. A partir dos profetas e depois do cativeiro da Babilônia, denominou-se *"reino ou reinado divino"*. Segundo os evangelhos sinóticos, Jesus assumiu essa linguagem e tornou o *reinado divino* o centro do seu anúncio do evangelho. Evangelho é o anúncio feliz desse reino que está chegando. O manifesto político de Deus é o evangelho do reino. Por isso, as dimensões social e política da fé não são apenas um aspecto da missão. São o próprio núcleo mais profundo da fé judaico-cristã. No primeiro testamento, as promessas divinas eram muito concretas: a terra, a libertação, a justiça, a vida digna... Já no Novo Testamento, acentua-se a universalidade da salvação e, ao mesmo tempo, a salvação como dimensão interior de cada pessoa. Em alguns casos, isso levou as primeiras comunidades cristãs, em contato com a cultura grega dominante e dualista, a reinterpretar as promessas de Deus em uma chave mais da salvação pessoal e com o risco de se tornar espiritualista. No entanto, vários elementos nos fazem ver que o Cristianismo primitivo foi perseguido pelo Império e teve dificuldades com as sinagogas por causa de sua radicalidade social e política



que não era separada do anúncio de Jesus como Salvador e do testemunho da ressurreição de Jesus como início de um mundo novo.

Mais ou menos na década de 50 do primeiro século da nossa era, conforme o testemunho do apóstolo Paulo, pequenos grupos de fiéis dentro das sinagogas se apoderaram do título de *Igreja (assembleia)*. Naquela época, esse termo pertencia ao mundo político das cidades gregas. No mundo de Paulo, designava o que hoje poderíamos chamar de "câmara dos vereadores". Essas igrejas do Império Romano no Oriente eram constituídas só por cidadãos de pleno direito. Só machos, adultos e com direito de propriedade podiam participar dessas assembleias. Foi extremamente marcante e subversivo que, dentro das sinagogas judaicas, geralmente erguidas nas periferias e bairros pobres das cidades, feitas para os migrantes judeus que viviam em diáspora, as comunidades de discípulos/as do profeta Jesus de Nazaré se organizassem como Igrejas de Deus. Essas novas Igrejas eram constituídas por *paroiké*, residentes estrangeiros sem cidadania, mulheres, crianças e poucas pessoas de origem nobre que se juntavam aos pobres para sinalizar no mundo a vinda do reino de Deus que, como Maria de Nazaré teria cantado: "*derruba os poderosos dos seus tronos e eleva os humildes. Sacia de bens os famintos e deixa os ricos sem nada*" (Lc 1, 52 - 53). Até hoje, é tarefa teológica e pastoral de quem trabalha a dimensão social e política da fé mostrar que, em tudo isso, o mais impressionante é descobrir: Deus não faz isso (derrubar os poderosos e elevar os pequenos) por ódio de classe ou por gosto de ver o circo pegar fogo e sim porque *o seu amor misericordioso se estende de geração em geração sobre todos os que o temem*" (v 50).

Testemunhar esse amor misericordioso do coração do nosso Deus que fez uma opção de classes é a base, a raiz e o núcleo de uma postura política centrada na *koinonia*, comunhão que se baseia no batismo (mergulho) que elimina todas as diferenças de classe (judeus e gregos, escravos ou livres somos um só - Gl 3, 27- 28) e na partilha eucarística, como forma de organização social, partilha do pão e da vida.

Foram os estudos do contexto histórico dos textos e o aprofundamento da leitura bíblica que nos permitiu retomar a raiz social, política e libertadora da nossa fé. Já na prisão e condenado à morte pelo Nazismo, o pastor Dietrich Bonhoeffer escrevia em seu diário: "*Percebo que cada vez mais penso e sinto de acordo com o*

*Antigo Testamento. Só quando se leva a sério a justiça divina é que se pode entregar à sua graça. Só quando se conhece o nome indizível de Deus, pode-se chegar também a pronunciar o nome de Jesus Cristo. Na minha opinião, quem pretende passar direta e imediatamente para o Novo Testamento não é cristão"*¹.

Na América Latina, há mais de 40 anos, foi uma identificação com o Êxodo e a luta pela terra dos hebreus que tem levado as comunidades eclesiais de base e os grupos bíblicos a aprofundarem uma espiritualidade sociopolítica libertadora.

Desde os tempos antigos, o Cristianismo, principalmente a Igreja Católica, sempre teve uma forte atuação social e política. Desde a Idade Média, a Igreja legitimou impérios, aceitou a desigualdade social como algo querido por Deus e foi conivente com a escravidão dos índios e negros. Hoje, pessoas e grupos de Igreja que se mantêm presos a esse modelo de fé prestam assistência religiosa aos militares sem contestar o militarismo e convivem naturalmente com os que representam o poder. Algumas vezes, podem subscrever documentos genéricos sobre as exigências da justiça e da paz, mas, pela omissão, acabam sendo coniventes com os golpes, crimes e injustiças que fazem parte do nosso dia a dia. Muitos desses eclesiásticos valorizam o trabalho social, mas como algo de certa forma externo ao mistério da fé e não como expressão necessária e essencial da fé. Fala-se em "*opção pelos pobres*" como se a Igreja pudesse optar diferentemente². Para quem é discípulo/a de Jesus, a inserção no mundo dos pobres não é opção. É obrigação evangélica. É a missão. O trabalho pela justiça e pela paz deve ser a própria essência da missão da Igreja. O desafio, então, é mudar de lado. Monsenhor Oscar Romero ensinava que era missão evangélica da Igreja inserir-se no tecido social do lado dos oprimidos para restituir à Política a sua verdadeira dignidade de ser o cuidado com o bem-comum e o serviço a todos para que todos possam exercer sua cidadania. É uma compreensão de Política muito mais ampla do que a Política parlamentar e partidária.

¹ - Cf. BONHOEFFER, Dietrich. *Resistência e Submissão*: Cartas e reflexões da prisão. São Leopoldo, Ed. Sinodal, 2003, p. 102.

² Todos sabem que essa linguagem de opção pelos pobres surgiu em Medellín e principalmente Puebla como concessão a grupos tradicionais que insistiam na "universalidade" da missão: A Igreja é para todos. Como se a inserção no mundo dos pobres mudasse isso, quando de fato tirava a Igreja do aprisionamento e submissão aos ricos e poderosos do mundo. Foi tão difícil clarear isso que acabou se falando em opção preferencial ou opção evangélica pelos pobres, como se houvesse uma opção pelos pobres que não fosse evangélica...

Para nós, na América Latina e no mundo empobrecido, as dimensões social e político-libertadora da fé são um desafio concreto a ser vivido cotidianamente na prática das lutas populares. Esse rosto político-libertador da fé pode e deve ser aprofundado a partir da práxis das comunidades de fé, inseridas na luta social. Deve ligar as fronteiras da pesquisa teórica, da reflexão teológica e de como o magistério eclesial se posiciona. Desde as lutas sociais dos anos 60, a conferência episcopal de Medellín (1968), o testemunho de inúmeras comunidades eclesiais de base e a luta das pastorais sociais, aqui e ali alguns setores de Igreja têm retomado a seiva original do cristianismo das primeiras comunidades.

A Igreja continua insistindo em que a inserção política das comunidades eclesiais e das pastorais sociais não deve ser partidária. Como a própria esquerda é pluripartidária, as comunidades e pastorais sociais também têm pessoas de diversos partidos. Por isso, não deve mesmo filiar-se a um partido. No entanto, o nosso modo de não ser partidário não pode ser simplesmente um apartidário que nos deixe no campo da neutralidade política. Isso seria imperdoável, principalmente no contexto que vivemos no Brasil e em outros países do continente. Assim como nos tempos do Nazismo, sem sermos partidários, temos de ser uma Igreja confessante, subversiva ao poder e, portanto, revolucionária. Uma coisa é defender um partido. Outra coisa é uma proposta política sustentada por frentes populares formadas por dezenas de organizações sociais bem além dos partidos de esquerda. Nesse sentido, podemos ser pluripartidários, mas de esquerda e no campo popular. (Nunca em cima do muro). Claro que sabemos que mesmo esse campo tem divergências e contradições, mas aí cabe o que o papa Francisco tem repetido: é melhor uma Igreja que aceita sujar as mãos na inserção do que aquela que se mantém limpa sem se inserir.

Atualmente, mais do que nunca, essas dimensões social e política da fé deve assumir e aprofundar a Ecologia Integral como programa prioritário para salvar o mundo. Essa preocupação ecossocial alimenta e é alimentada por uma mística do reino e uma espiritualidade que une todas essas dimensões da justiça e da libertação com a ética pessoal e a conversão permanente de cada um/uma de nós e das comunidades. A dimensão política não se expressa apenas na luta social dos movimentos e organizações, mas também nos sacramentos e na vida interna da Igreja. A própria proposta de amor ao próximo e de comunhão da fé em comunidades de irmãos e irmãs é uma proposta política transformadora. E é a partir dessa

experiência que a Igreja deve viver o diálogo com a humanidade. O papa Francisco nos ensina que *"a Igreja é chamada para ser servidora de um diálogo difícil"* (Evangelii Gaudium n. 74 citado no Texto-base da CF n. 295, p. 96). Quando, em 2014, o papa reuniu os presidentes de Israel e da Palestina para um diálogo, afirmou: *"Ouvimos um apelo e devemos responder à chamada a romper a espiral do ódio e da violência. Só podemos rompê-la com uma única palavra: irmão. Mas, para dizer essa palavra, devemos todos levantar os olhos ao Céu e reconhecer-nos filhos e filhas do mesmo Pai"*³.

Marcelo Barros

Marcelo Barros, monge beneditino, teólogo e biblista, é membro da Associação Ecumênica de Teólogos/as do Terceiro Mundo (ASETT) e assessora comunidades eclesiais de base e movimentos sociais. E-mail: irmarcelobarros@uol.com.br.

³ Cf. CNBB. *Campanha da Fraternidade 2018*. Texto-base. 1a Contracapa - Cartaz.